
**SUJEITO POLÍTICO DRAMÁTICO: MUDANÇAS VIVENCIADAS POR
UMA MILITANTE DO MST**
*SUJETO POLÍTICO DRAMÁTICO: LOS CAMBIOS EXPERIMENTADOS POR
UNA ACTIVISTA DEL MST*
*POLITICAL AND DRAMATIC SUBJECTIVITY: CHANGES LIVED BY A
MILITANT OF MST*

Leandro Amorim Rosa e Ana Paula Soares da Silva
Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil

RESUMO

O artigo explora a dinâmica da relação entre os diferentes papéis de uma mulher no seu processo de envolvimento em um movimento social de luta pela terra e busca compreender os significados e sentidos que atribui a tal processo. A partir das contribuições da psicologia histórico-cultural, em articulação com conceitos gramscianos, a práxis política desta militante é discutida tendo como foco os processos de mudança em seu drama subjetivo. O *corpus* empírico foi construído por meio de duas entrevistas com a participante da pesquisa. Com base na análise do material, defendemos que a práxis política deve ser entendida como um processo em constante movimento e transformação, relacionado a múltiplos papéis e dimensões diversas: social e pessoal; objetiva e subjetiva; cognitiva e afetiva. Nessa perspectiva, drama subjetivo e política não apenas se relacionam, mas se interpenetram; o sujeito dramático passa a ser visto necessariamente como sujeito político.

Palavras-chave: subjetividade; movimentos sociais; práxis política.

RESUMEN

El artículo explora la dinámica de la relación entre los distintos papeles de una mujer en su proceso de participación en un movimiento social de lucha por la tierra y trata de comprender los significados y sentidos que atribuye al proceso. A partir de los aportes de la psicología histórico-cultural, en conjunto con la concepción gramsciana, se discute la praxis política de esta militante centrándose en los procesos de cambio en su drama subjetivo. El corpus empírico fue construido a través de dos entrevistas. A partir del análisis del material, sostenemos que la praxis política debe ser entendida como un proceso en movimiento y en constante transformación, relacionado con múltiples funciones y dimensiones: sociales y personales; objetiva y subjetiva; cognitiva y afectiva. Desde esta perspectiva, drama subjetivo y política no sólo se relacionan pero se interpenetran; el sujeto dramático pasa a ser visto necesariamente como sujeto político.

Palabras clave: subjetividad; movimientos sociales; práxis política.

ABSTRACT

The article explores the dynamics of the relationship between the different roles played by a woman in her involvement with a rural social movement and searches to understand the meanings and senses that she attributes to this process. From the contributions of cultural-historical psychology and Gramscian concepts, the political praxis of this militant is discussed focusing on the processes of change in her subjective drama. The empirical *corpus* was constructed through two interviews with the research participant. From the analysis of the material, we argue that the political praxis must be understood as a process in constant motion and transformation, related to multiple roles and different dimensions: social and personal, objective and subjective, cognitive and affective. From this perspective, drama and politics are not only related, but interpenetrated; the dramatic subjectivity is also political.

Keywords: subjectivity; social movement; political praxis.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo explorar a dinâmica complexa da relação entre os diferentes papéis de uma mulher no seu processo de envolvimento em um movimento social de luta pela reforma agrária e compreender os significados e sentidos que ela atribui a tal processo. Embora não se possa dizer que há significativa produção na área da psicologia sobre a participação política em movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, é consenso entre pesquisadores de que é crescente o número de investigações a respeito das questões ligadas aos povos do campo, assim como a necessária urgência dessa temática (Martins, 2010). Quando se considera a pesquisa realizada junto ao movimento social de maior visibilidade nacional – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o levantamento de teses e dissertações, de 1987 a 2004, realizado por Domingues (2007) evidenciava, há uma década, as aproximações que a psicologia fazia a esse objeto: interesse nos motivos que levam os sujeitos a se envolverem e aderirem ao MST; a produção de subjetividades e aspectos internos do movimento; relações entre o MST e agentes externos. Essa produção, mais recentemente, é incrementada, por exemplo, pelas contribuições, dentre outras, de A. S. Silva (2007), que trata dos aspectos psicopolíticos da luta pela terra, e de Leite e Dimenstein (2011), na investigação do MST como regime de subjetivação. A investigação dos referidos temas, tratados por diferentes abordagens teórico-metodológicas e em diferentes localidades nacionais, contribui para o conhecimento de parte do contexto de vida de milhares de sujeitos brasileiros inseridos nos movimentos de luta pela terra e, conseqüentemente, para o entendimento situado dos processos de constituição da consciência política e da subjetivação no movimento social. Neste artigo, por meio de um estudo de caso, propomo-nos a aglutinar outro olhar nesse conjunto de pesquisas, procurando evidenciar o movimento de construção da vertente militante como necessariamente imbricado a outras esferas da vida social (família e trabalho) e composições identitárias (filha, esposa, mãe, trabalhadora) da participante da pesquisa.

Desde uma perspectiva cuja base é o materialismo dialético, as concepções de drama de Lev S. Vigotski e de práxis política de Antônio Gramsci são entendidas como promissoras na evidênciação do processo de engajamento no movimento social, não apenas como resultado linear do desenvolvimento de uma consciência política, mas como um movimento complexo que envolve as mais diversas esferas da

subjetividade, assim como, as vivências concretas e a práxis em diferentes contextos.

Contextualização teórica

A concepção de sujeito em uma das variantes da perspectiva materialista dialética, mais particularmente de tradição vigotskiana, procura explorar o caráter dramático de sua constituição (Delari Junior, 2011; Smolka, 2004).

A concepção de drama em Vigotski (2000) é utilizada como forma de abordar a diversidade de possibilidades de organização psicológica, também chamada por ele de personalidade. Segundo o autor, as funções psicológicas superiores se organizam de maneira complexa e desempenham diferentes funções que, em seus cursos de desenvolvimento, se tornam articuladas entre si e se configuram de formas singulares em cada estrutura psíquica.

A base dessa organização singular estaria assentada nas relações sociais específicas vividas pela pessoa, também compreendida como uma unidade social definida. Tais experiências são entendidas por Vigotski como vivências. Dada a particularidade subjetiva de cada sujeito concreto, Vigotski elabora esse conceito para definir a experiência de cada pessoa diante de determinada situação. Para o autor soviético, as vivências seriam uma unidade entre o meio externo que circunda o sujeito e a sua personalidade, a qual gera, para tal pessoa, uma experiência singular diante daquela realidade (Toassa, 2011).

Esse posicionamento teórico provoca uma mirada ao sujeito concreto e situado como forma de compreender como as funções psíquicas superiores se hierarquizam numa dada personalidade – ou subjetividade, entendida como drama. Ao assumir que a “dinâmica da personalidade é o drama” (Vigotski, 2000, p. 36), pode-se supor que Vigotski privilegia os aspectos conflituosos e tensos da constituição psicológica do sujeito, visto que, como ele mesmo afirma, o drama “está sempre repleto de luta interna” de ligações do tipo “o papel da paixão, da avareza, dos ciúmes, em uma dada estrutura da personalidade” (Vigotski, 2000, p. 34).

Dessa forma, a personalidade, segundo Vigotski, é composta por um conjunto de determinadas relações sociais interiorizadas por meio de três momentos específicos – em si, para o outro e para si. Tal processo é realizado graças à mediação simbólica. O fato de não haver uma permanente hierarquia entre razão e emoção no drama demonstra que suas posições não são fixas, “embora haja uma amplitude natural de

possibilidade em cada função que determina a esfera de seus papéis possíveis” (Vigotski, 2009, p. 36). Nessa perspectiva, os papéis situados estão assim na base dos movimentos hierárquicos entre as funções psicológicas e das ligações entre emoção e razão, desejo e obrigação. Além disso, para Delari Junior (2011), o drama, entendido a partir de Vigotski, pode se referir tanto às configurações – hierarquizações, papéis – das diversas funções superiores em dada personalidade, como aos diversos papéis sociais desempenhados por determinado sujeito. A apreensão do sujeito concreto é possível através de uma investigação que articule essas duas dimensões, compondo assim uma análise na qual os aspectos coletivos e individuais são entendidos como parte de uma mesma totalidade em movimento.

Em cada contexto cultural e vivência, as diferenças de representações da realidade se dão pelos diferentes sentidos e significados que as palavras tomam em uma consciência específica. A categoria de sentido em Vigotski emerge como unidade de análise fundamental da subjetividade e vem sendo explorada, por exemplo, por Gonzalez Rey (2003) no estudo da produção do sujeito e dos aspectos emocionais. Para Vigotski, o sentido se refere ao conjunto dos mais variados eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa mente – cognitivos, afetivos, volitivos. É um todo complexo, dinâmico e fluido, com várias zonas desiguais de estabilidade. Enquanto o significado é a zona mais estável e precisa do sentido, este é construído e alterado de acordo com o contexto em que surge e se desenvolve. Em resumo, “significado é apenas uma pedra no edifício do sentido” (Vigotski, 2009, p. 465).

Entendemos que, ao articular a concepção de drama (em sua dimensão social e individual) com a categoria de sentido, e a totalidade cognitiva, afetiva e volitiva que elas abarcam, é possível compreender a subjetividade como um todo orgânico e em constante desenvolvimento, em relação consigo mesmo e com os outros. Conforme Smolka (2004, p. 45), “o drama emerge justamente do fato de que essa relação social consigo mesmo implica a trama de muitas experiências, muitas imagens, muitas histórias, muitos outros em muitas e diversas posições”.

Em articulação a tais conceitos, propomos a aproximação à categoria de práxis política, entendendo que o engajamento em movimentos sociais contempla aspectos de uma ação humana investida de um sentido transformador, tanto das relações sociais como da própria subjetividade. Assim, às colaborações de Vigotski somam-se, portanto, contribuições advindas de Gramsci, particularmente a respeito do conceito de práxis política. Essa aproximação possibilita um olhar que integra a compreensão das mudanças ocorridas

no drama subjetivo e social das pessoas às ações políticas concretas em um contexto histórico e cultural determinado. Nessa perspectiva, drama e política não apenas se relacionam, mas se interpenetram; o sujeito dramático passa a ser visto necessariamente como sujeito político.

Gramsci, pensador italiano da primeira metade do século XX, destaca a importância desempenhada pela práxis em toda a obra marxista. Tal categoria tem tamanha relevância para o pensador que ele define o próprio marxismo como “Filosofia da Práxis”¹ (Coutinho, 2011). A compreensão de política em Gramsci possibilita uma abordagem sobre o envolvimento e a participação política como um processo inevitável e constituinte da atividade humana. Nossos atos, como membros de um corpo social, sempre reverberam, mesmo que de forma extremamente frágil e indireta, na conservação ou transformação de determinada ordem social e governamental. A citação de Coutinho (2011, p. 260) transcrita abaixo sintetiza esse posicionamento a partir da tradução de um texto de Gramsci.

Todo homem, na medida em que é ativo, isto é, vivo, contribui para modificar o ambiente social em que se desenvolve (para modificar determinadas características dele ou para conservar outras), isto é, tende a estabelecer “normas”, regras de vida e de conduta [Assim] como todos são “políticos”, todos são também “legisladores”.

Essa expansão de significado sobre o conceito de política e a introdução necessária da dimensão política na ação humana requer, de outro lado, um olhar acurado para as diferentes formas de inserção social e para as diferentes qualidades dessa ação no movimento e nos jogos das relações sociais.

Segundo Sánchez Vázquez (2007, p. 230), filósofo espanhol contemporâneo, dentre os diversos níveis e formas de expressão da práxis, a práxis política pode ser entendida como uma ação intencional na qual o homem é agente e objeto e na qual são inclusos “os diversos atos orientados para sua transformação como ser social e, por isso, destinados a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais”.

Ainda inspirados em Gramsci, também esse conceito se amplia, uma vez que, para o autor, a práxis política não é concebida apenas a partir de uma chave de leitura positiva ou transformadora da realidade, mas também engloba as ações no sentido da conservação. O movimento político em Gramsci pode ser orientado tanto para a transformação como para a conservação de determinadas realidades sociais (Coutinho, 2007, 2011).

Nesses termos, a intervenção intencional no homem como ser social dá-se em diversos âmbitos. Em coerência com Gramsci, é certo que, em seu sentido restrito, a práxis política se dá quando o governo ou Estado é o alvo e/ou o meio pelo qual o(s) sujeito(s) realiza(m) a intervenção nas relações econômicas, políticas e/ou sociais (Coutinho, 2007). Entretanto, em sentido amplo, a práxis política pode ocorrer em qualquer esfera da sociedade, desde as relações interpessoais às relações entre Estados, passando, por exemplo, pelas relações familiares e comunitárias.

A partir dessa compreensão, pode-se supor que, na vida concreta de militantes de movimentos sociais, que intencionalmente assumem o papel ativo na construção e no embate de visões de mundo e modelos de sociedade, tais sentidos de práxis política se misturam e formam uma trama complexa cujos limites são, na maioria das vezes, borrados. Pelas contribuições da psicologia vigotskiana e da política gramsciana, podemos dizer que as ações dos sujeitos políticos, compreendidas como práxis política, constituem (inter)subjetividades configuradas dramaticamente, marcadas pelas tensões e pela indissociabilidade entre processos cognitivos e afetivos, num movimento constante de (re)construção (e de luta) de sentidos e significados sobre si mesmo e sobre o mundo. É esse processo que buscamos evidenciar a partir da análise da história de uma militante de um movimento social ligado à reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Construção do *corpus* e participante

O *corpus* utilizado neste artigo foi constituído por meio de entrevistas com uma militante do setor de educação do MST, na região de Ribeirão Preto (SP)². A entrevista foi dividida em duas etapas, sendo ambas áudio-gravadas e transcritas de modo literal. Na primeira entrevista, era solicitado à participante que falasse sobre sua história de vida, incluindo o momento de entrada e a vivência no movimento social. A partir de uma pré-análise da primeira entrevista, foi elaborado um roteiro semiestruturado para uma segunda conversa, realizada aproximadamente nove meses após a primeira. A entrevista guiada por esse roteiro tinha como foco a participação política do sujeito no movimento social. Durante tal período, visitas foram feitas ao assentamento, momento em que se estabeleceram várias outras conversas com a participante, relacionadas à sua vida naquele local.

As entrevistas foram construídas e analisadas a partir do entendimento de que se constituem em artefatos científicos para a construção conjunta dos

significados e sentidos sobre o processo investigado (A. P. S. Silva, 2003), contemplando os eventos narrados pelos sujeitos como parte do processo interativo entre pesquisador e participante. O tratamento do material incluiu a construção de categorias. O material foi organizado primeiramente de forma cronológica e, posteriormente, em eixos temáticos: família e vida pessoal; trabalho/estudo; MST e participação política; elementos de mudança. Na análise, as referidas categorias foram investigadas com vistas a abordar a totalidade dramática da participante e os elementos de tensão e mudança presentes nessa totalidade. A análise do *corpus* aqui apresentada segue a sequência temporal dos relatos da participante.

A participante, denominada aqui de Maria³, é uma mulher negra, filha única, nascida em 1969 no interior de Minas Gerais. Viveu na zona rural de pequenos municípios até os 18 anos de idade. Estudou até a então quarta série do ensino fundamental em escola rural. Viajou com a família para o Pará aos sete anos, no entanto, tiveram que retornar a Minas Gerais cinco anos depois, pois as terras dos seus pais foram inundadas pela construção de uma barragem. Relata ter começado a trabalhar desde cedo como doméstica em sua pequena cidade natal. Realizou cursos e trabalhou por algum tempo como agente de saúde na mesma cidade. Além desses, também teve empregos de doméstica em Brasília. Foi em uma das viagens para Brasília que ela conheceu o seu marido, José, com quem mora hoje, em um assentamento rural na região de Ribeirão Preto (SP), junto com seus nove filhos. No momento da entrevista, era uma liderança no setor de educação do assentamento. Além de trabalhar em seu lote, Maria também exercia a função de monitora do ônibus escolar que levava parte das crianças do assentamento à escola na cidade.

Análise do *corpus*

As vivências de Maria antes de entrar no MST

Os papéis vivenciados por Maria, inicialmente, circunscrevem-se ao âmbito do trabalho e da família de origem, ou seja, de trabalhadora e de filha. É com o conhecimento do marido que seus papéis se expandem e, ao mesmo tempo, contrapõem-se. Conhecê-lo provoca profunda mudança e inclusive o abandono do trabalho por duas vezes: no início do namoro quando trabalhava de doméstica em outro Estado e, posteriormente, quando era técnica de enfermagem em uma cidade vizinha à de seu marido. [No posto de saúde] “*Eu fazia de tudo, assim, eu pesava, media pressão, dava encaminhamento pro médico... Eu*

acabei largando tudo e indo morar em [nome da cidade] com José”.

O papel de esposa passa a ter grande peso na vida de Maria. O relato acerca do trabalho no posto de saúde evidencia forte envolvimento nas atividades laborais, contudo, ela acaba deixando o emprego para poder estar mais próxima do marido. Pouco tempo depois, ambos se mudam para uma cidade do interior do Estado de São Paulo em busca de melhores condições de vida.

Nessa cidade, aos papéis já descritos de Maria, agrega-se aquele relativo à maternidade. Ela relata as grandes dificuldades econômicas sofridas pela família naquele momento. O marido realizava bicos e ela trabalhava como doméstica e vendia cosméticos para ajudar na renda familiar.

Eu vendia bem, mas não estava dando certo... porque eu tinha muito desentendimento em casa. Eu chegava, aí eu tinha que sair... não tinha hora para voltar... Mas eu acabei deixando para não ter briga em casa. Tinha curso até de estética. Muita coisa boa tinha pra oferecer... E eu deixei ... E lá havia muitas oportunidades que eu acho hoje assim que foi bobeira eu ter largado... Eu tinha oportunidade de fazer cursos para ser cabeleireira, manicure, né?

As tensões entre os papéis de esposa/mãe e de profissional se instauram e, por motivos relacionados ao descontentamento do marido, mais uma vez ela interrompe sua vida profissional. Nesse cenário, o marido ocupa um lugar de grande poder e influência nas decisões na vida de Maria. Evidenciam-se aqui tensões pautadas por uma relação de gênero marcada pela submissão do feminino.

A família – já com seis filhos – compra um terreno e constrói um cômodo onde passa a morar. Depois de algum tempo, José abandona a família, vende a casa e volta para Minas.

Após a separação, as condições de vida de Maria e seus filhos se precarizam e ela depende da ajuda e solidariedade de conhecidos. Maria passa a morar junto com os seus sete filhos, de favor, no sítio de um amigo. Nesse período, ela relata estar trabalhando na casa de uma família até adoecer e não poder mais realizar a atividade.

Mas aí eu percebi que não dava para ficar com essas crianças morando de favor e sendo que eles tinham o pai e o pai tava lá em Minas. E já tinha arrumado outra [mulher]. Mas mesmo assim, eu falei: “Eles têm pai. Quem tem que ajudar a criar eles é o pai”. Eu não vou ficar criando filho sozinho, não, né? Aí eu liguei pra ele e chamei ele de volta.

O trecho acima aborda um ponto de mudança na vida de Maria, pois ela assume uma nova postura no

exercício de esposa/mãe. Aquela que anteriormente se calou diante da perda de empregos e oportunidades profissionais, que fora abandonada e tivera sua casa vendida pelo marido, passa agora a uma postura ativa e o convoca a voltar para casa para ajudá-la na educação das crianças. É esse o tom que Maria atribui ao falar sobre a conversa com o marido, um tom de convocação. A forma como Maria nos relata essa passagem sugere que, diferentemente de um ato de submissão ou súplica pelo retorno do marido, há uma postura ativa na qual Maria exige que José também se responsabilize pela família. José retorna ao Estado de São Paulo e volta a viver com Maria e seus filhos.

Vivências iniciais junto ao MST

Após o retorno do marido, a família toma conhecimento a respeito do MST.

Eu pensava que eles não faziam nada de importante, que eles queriam apenas tomar a terra dos outros: “Porque não vai trabalhar para conseguir um lote para eles?”

José trabalhava em uma usina e eu falava: “Não, você não vai andar lá sozinho não”. Porque eu achava que o pessoal do MST matava. Encontrava assim a pessoa, sozinho, e já matava.

O sentido sobre o movimento e seus sujeitos é bastante pejorativo, a ponto de gerar um sentimento de medo e insegurança.

O primeiro contato direto entre a família de Maria e um membro do MST foi realizado por meio de um militante que procurava um cabeleireiro, atividade que vinha sendo exercida por José. As possibilidades de sentidos advindas da vivência da relação concreta com essa pessoa do MST começam a entrar em choque com aqueles sentidos já sedimentados.

O rapaz falou que trabalhavam em coletivo e que eles moravam na roça, mas não se matavam de trabalhar. ... Aí ele falou das escolas para as crianças. Foi falando. Aí chamou José para ir a casa dele. José foi em um final de semana e receberam ele muito bem; deram para ele milho, mandioca, abóbora, um monte de coisa.

O membro do MST atua na mediação do cotidiano do assentamento, como o trabalho e a escola. Essa mediação dialoga com os demais elementos da vida de Maria e constrói as bases para uma mudança de sentidos possível a partir das potencialidades e contradições presentes na então configuração do seu drama subjetivo. As questões envolvendo o trabalho e o acesso à educação para os filhos formam aparentemente pontos críticos para o início da mudança de sentidos;

complementam desejos e esperanças, numa dinâmica de oposição aos sentidos já dados ao movimento social. As palavras do militante tocam dimensões subjetivas e objetivas e instauram contradições em movimento. As dificuldades no trabalho e no acesso à educação para os seus filhos eram questões-chave construídas ao longo da vida de Maria. E as mudanças de sentido não são respaldadas somente pela retórica do militante. A esse elemento inicial soma-se a experiência concreta que José tem na visita ao assentamento. Após o primeiro contato, outro militante frequenta a casa e conversa com a família.

Pesquisador: *“E toda aquela coisa que você tinha construído, essa conversa com o homem, com o rapaz, conseguiu mudar isso?”*

Maria: *“Mudou, mudou. Mudou. Mudou. José já conversou com ele e perguntou se não tinha como nós irmos para lá.”*

A ênfase no verbo mudar destaca a intensidade da significação atribuída por Maria à situação. Desde então, José se cadastrou em uma lista de pessoas interessadas em participar de futuras ocupações de terras. Segue o relato acerca da reação do casal no momento em que José foi chamado para a ocupação: *“Aí deu medo! ... Aí ele [José] me perguntava: Eu vou ou não? Se você falar que eu vou, eu vou, se você falar que eu não vou, eu não vou”*.

A transcrição demonstra a hesitação diante do momento da ocupação. Seria ali que a família decidiria se de fato participaria ou não do MST. José pede a ajuda de Maria para tomar a decisão e, segundo seu relato, é ela quem tem a palavra final sobre participar ou não da ocupação. Aqui emerge mais um ponto crucial de mudança na trajetória de Maria. É a partir desse momento que a mudança de sentido sobre o MST, que está em processo, concretiza-se em práxis política. Após a ocupação, a família de Maria, já com oito filhos, passou a morar em um acampamento vinculado ao MST no interior de SP.

Eu achava umas coisas meio esquisitas; tinha coisas que eu não entendia. Por exemplo, o povo soltava foguete e todo mundo saía correndo com uma enxada, uma ferramenta na mão. ... Eu ia também, só que eu não levava nada. Porque eu pensava assim: “Se a polícia chegar aqui, pelo menos eu não estou com a ferramenta na mão, né?” Eu achava que o crime era menor.

No início, ela participava das ações, mas ainda não entendia bem o significado de vários elementos que compunham aquelas atividades. Sua práxis política, até então, é marcadamente motivada por questões familiares, com vistas à transformação de

aspectos econômicos e sociais vividos pela família, com cunho reiterativo e pouco reflexivo. Assim sendo, suas ações ligadas à “militância” eram dadas seguindo o modelo dos demais.

Ai um dia, em uma reunião, começaram explicar o porquê da ferramenta. Explicar a bandeira do movimento, o porquê das cores da bandeira. Ai eu fiquei assim: “Nossa, estou boba mesmo! Tem que andar com o facão na mão mesmo!”

Novos entendimentos, emocionalidades e racionalidades marcam a relação de Maria com o movimento e seus símbolos. O facão na mão será a partir de agora um ato cheio de sentidos e significados partilhados com os membros do movimento. Seu papel de militante ganha novos ingredientes e transforma-se qualitativamente.

O que mais marcou foi quando... [nome de liderança do movimento] falou assim: ... “E não desmerecendo as pessoas que moram na favela, mas [há alternativa] para você não criar seus filhos na favela. [Aqui no acampamento] você pode ter um lugar pra você morar com sua família e você daqui tirar o seu sustento e ainda pode ajudar as outras pessoas também se você quiser”.

O que marca a transformação dos sentidos de Maria sobre o MST são as falas que se referem a problemas por ela vivenciados concretamente, com elementos significativos no seu momento e contexto, configurando uma vivência particular. O papel de mãe desempenhado por Maria e sua importância em seu engajamento surgem ainda em outro trecho.

Me tratavam [fora do acampamento] assim como se fosse irresponsável, por ter tantos filhos. Falavam muita coisa: “Ah, isso você não pode. Ah, você não vai conseguir educar seus filhos”. Como se eu não fosse alguém que tivesse algum prestígio, sabe? ... No acampamento não: “Você vem, você vai conseguir, você pode. Você tem criança? Ai que bom. Que família...” (risos). “Ai que bom uma família grande aqui. É isso que nós precisamos. Nós queremos bastante criança aqui”. Então sabe, eu sentia o amor das pessoas, né? Então eu comecei... Eu gostava muito. Mesmo morando naquele barraquinho de lona. A lona era aquela mesmo de quinta. (risos)

Com nove filhos, Maria tinha dificuldades em alugar casas na cidade. A significação social a ela atribuída era bastante negativa. Por outro lado, no assentamento, ter tal família numerosa foi motivo de grande acolhida. Sua condição e seu papel de mãe, e conseqüentemente de mulher, são significativamente ressignificados nesse processo. Importante destacar aqui como Maria descreve o forte vínculo afetivo desenvolvido com os assentados

e o fortalecimento de seu engajamento a partir de tal vinculação. A maternidade, que antes era motivo de irresponsabilidade, agora valorizada, constitui-se assim em um elemento central para o entendimento do engajamento de Maria na práxis política do movimento social de luta pela terra e compõe aspectos de sua militância, de seu papel como um membro desse movimento e da identificação que com ele estabelece.

A participação no movimento

O relato de Maria mostra um gradativo aprofundamento em sua compreensão sobre o movimento social e repercute, consequentemente, em seu envolvimento. Os relatos a seguir se referem a um momento em que Maria passa por um processo de desocupação no acampamento onde morava até então.

Naquela época, falaram para mim que eu tinha que sair, porque eu estava com um bebezinho... Falavam que eu deveria esperar a coisa tranquilizar para eu voltar. Mas aí eu já entendia que o objetivo nosso ali era um só, e que se eu sáísse, para depois eu voltar quando a coisa estivesse tranquilizada, para mim seria covardia. Eu tinha que estar junto em todos os momentos, né? E eu sentia que todos que ficaram ali, para mim, eram uma família, sabe? Então eu falava: "Não, eu não vou embora".

Que diferença, né? Isso tudo por causa de quê? Da convivência ali, né? Comecei a participar junto, comecei a entender que, de longe, a imagem que eu tinha criado era outra.

Segundo a entrevistada, muitas pessoas a aconselharam a deixar o MST e o acampamento, mesmo que temporariamente, dado que ela havia tido seu filho mais novo há poucos dias. A mudança de sentido atribuída aos sem terra como família-querida, inicialmente criminosos-temidos, passa por momentos de formação e estudos, mas também de convívio e partilha de dificuldades e esperanças cotidianas. Tal decisão, a qual a levará a uma práxis política específica, está ligada, em suma, à vivência concreta no acampamento, com toda a sua complexidade cognitiva e afetiva.

Então eu falei: "Eu vou continuar aqui". Eu vi que foi ali que eu ganhei um padrão de resistência. Acho que a gente tem que ser igual ao bambu, ser resistente. Você dobra e o bambu não quebra. Eu vejo que, se naquele momento eu tivesse deixado a maré passar e falado: "Depois, quando tiver um barraquinho, tiver um lugarzinho eu vou lá", parece que eu ia ficar naquele mesmo... quer dizer, querendo as coisas, mas que os outros fizessem para mim. E não era isso. Eu quero, vou fazer.

De acordo com Maria, aquele foi um momento crucial, no qual ela estabelece um "padrão de resistência". Ela entende que, a partir daquele momento, estaria consolidada uma postura ativa diante da vida: ela não desanimaria da luta pela busca de seus objetivos. Esse momento marcante de mudança foi assim possível devido a todo um processo anterior de construção e transformação de sentidos diversos. Pode-se dizer aqui que ela se ancora no conjunto das vivências anteriores, seja como esposa, filha, mãe ou profissional, compondo e atualizando os sentidos sobre o MST e sobre sua participação política.

Aprofundamento da participação e maior envolvimento na militância

Após o processo de reintegração de posse, Maria muda-se com sua família para outro acampamento da região. Nesse novo local, ela passa a participar do setor de educação do movimento, do qual aos poucos ela se torna uma liderança.

Eu me sentia assim uma pessoa com outro conhecimento. Porque muitas vezes... eu tinha até alguns conhecimentos de alguns dos meus direitos, mas eu não tinha coragem de lutar por eles. E hoje eu vejo diferente... Não tenho mais medo de lutar pelos meus direitos e pelo direito das pessoas e pelo direito das crianças. ... Eu não sei para onde foi o medo, porque eu não encontrei ele nunca mais e nem tenho saudade (risos). A luta só me ensinou a ser forte.

Ao dizer que estava tudo diferente, que se sentia outra pessoa e que não sentia mais medo, Maria evidencia uma nova organização dos papéis desempenhados e uma nova forma de práxis política. Maria agora é militante. Seu drama subjetivo se reconfigura, assim como suas atribuições e funções no movimento e em casa.

Maria relata vários momentos de tensão entre seus diversos papéis. Por exemplo, no que se refere à relação entre a militante e a esposa, ela fala sobre um momento difícil em que seu marido ameaçou abandonar a casa se ela aceitasse uma função na direção do movimento social. O marido reclamava pelo fato de que Maria estaria se dedicando demasiadamente ao movimento em detrimento da família. Porém, diferente do que Maria poderia ter feito no passado diante desse tipo de dificuldade, agora ela elabora estratégias para lidar com a situação e consegue convencer o marido a concordar com sua participação.

Assim, eu não sou assim de bater de frente... Daí deixo, depois eu vou, faço uma conversa com ele, e minhas conversas têm que ter resultado. Então eu sempre consigo... [risos]. Mas agora é isso que eu falei. Eu

estou mais forte do que antes. Eu vou explicar o que que eu faço, o que que eu estou fazendo. Eu não saio de casa para ir em reunião porque é bonito. É porque tem uma necessidade.

Em outros momentos, a autonomia da atuação de Maria na esfera pública estava quase que exclusivamente nas mãos do marido. Agora a Maria-esposa possui outros poderes, influenciada pela práxis da Maria-militante. No interior da família da entrevistada, houve uma alteração das relações políticas, das relações de poder. As relações de gênero não se configuram mais como apenas uma submissão de Maria como mulher, mas demonstram significativos potenciais de transformação.

De “cachorro sem dono a joia rara”

Se, inicialmente, Maria se aproxima do movimento social pelas esperanças de mudança na vida da família e pelas possibilidades de ressignificação de sua maternidade, com o tempo, outras transformações são por ela destacadas, em particular a relação que tinha consigo mesma.

Mas depois há necessidade também da luta, da política [além da necessidade de ter um lugar para morar], por quê? Atrás, ali, vêm as discussões, né? Você tem um lugar para morar, mas você pode conquistar muitas outras coisas também. Então aí é quando você entra na política do MST. Por quê? Porque é uma necessidade também, que você não sabia que você tinha essa necessidade, né?

Maria identifica a política com a descoberta de necessidades que ela não sabia que possuía. Ela amplia a concepção de necessidade para além da moradia e das condições materiais e transita para uma perspectiva de direitos. Sobre esse processo, ela continua:

E a partir do momento que a gente começa a participar da luta, aí vai formando a consciência. Aí a gente vê que tem que fazer a luta. Que, além da terra, têm outros direitos, outras coisas que a gente também pode conquistar.

Ele [o militante] não pensa também só nele, né? O que importa ali não é só um lote, uma casa, ele quer mais. Em busca de direitos; a escola, a saúde, então essas coisas todas assim ... Porque ali no barraco de lona a gente nasce de novo. Tudo muda.

Maria “renasce”. Tal nascimento, provocado por e provocador de uma nova configuração subjetiva, irá lhe propiciar novas possibilidades de práxis, agora reflexiva, criativa e dirigida a esferas sociais

mais amplas que o círculo familiar. As mudanças dos sentidos relacionados à participação política e ao MST e, conseqüentemente, às práticas ligadas a essas esferas, não se alteram de forma isolada do todo da subjetividade de Maria. Ela relaciona a sua participação no movimento com mudanças estendidas a outros âmbitos. Abaixo ela aborda as diferentes imagens de si que carrega consigo, relacionadas aos momentos anteriores e posteriores da participação no MST.

Eu já me senti péssima. Eu não sei nem se eu devo falar isso aqui, mas eu já cheguei a um ponto assim, no meu passado, que eu me sentia como um cachorro sem dono. Hoje não, imagina! [risos] ... Hoje eu não penso assim não, eu penso no meu valor, na minha capacidade. Que eu sou mulher. Que eu sou uma peça rara. Que eu sou uma joia [risos]. É assim. Acabou aquilo graças a Deus.

Maria descreve o sentimento que tem em relação a si mesma não apenas relativo a um nível específico da sua militância. Os adjetivos utilizados por ela, “cachorro sem dono” e “peça rara”, revelam a forma hegemônica como ela se vê em sua totalidade em cada um dos momentos. Alterações em dimensões diversas da subjetividade parecem ter afetado os papéis e a consciência política de Maria, como também alterações nestas dimensões impactaram outros aspectos da sua subjetividade.

Quando perguntada sobre o que não mudou nesse tempo todo, Maria diz que o que permaneceu constante foi o seu apego a seus filhos, a sua família. E sobre o que ela pensa que pode ter gerado tantas outras mudanças, ela fala:

É porque eu acho que eu fico mais próxima de pessoas que pensam positivo. Pessoas que também mudaram. Tipo assim, pessoas que acreditam na luta, pessoas que vão à luta ... Chega no MST, ele recebe o convite, aquele abraço, a amizade das pessoas. Você vê pessoas iguais a você. Aí você conhece pessoas que já foram iguais a você,

Maria destaca aqui como fatores da mudança as vivências concretas junto aos sem terra, o movimento vivo que a presença nesse grupo lhe provoca e os vínculos criados junto a essas pessoas, que compartilham processos de mudança e de identificação: pessoas que já foram iguais a ela; pessoas que são iguais a ela hoje. Maria também fala sobre o orgulho e amor que sente em ser militante.

Se eu não fizesse o que eu faço, eu nem sei como eu estaria hoje. Talvez eu estivesse uma pessoa aí cheia de depressão, cheia de muita coisa negativa, sabe? E hoje assim, graças a Deus, minha luta eu faço com amor, gosto.

Considerações finais

O material empírico deste trabalho, construído junto com Maria, evidenciou a importância de pensar a dimensão política da participante não apenas na relação com o movimento social, mas no emaranhado complexo de sua vida. Tal complexidade manifesta-se tanto pelos efeitos de mudança estabelecidos entre os diferentes papéis e esferas da vida de Maria, bem como pela relação entre as dimensões objetivas e subjetivas, cognitivas e afetivas da práxis política.

No primeiro caso, são evidentes as interconexões que se estabeleceram entre os diferentes papéis de Maria e também entre as dimensões subjetivas e objetivas, cognitivas e emocionais, denotando um caráter indissociável desses aspectos na sua composição dramático-política.

É necessário recordar que a vida de Maria é situada e, portanto, ela constitui-se como um sujeito dramático nos limites e possibilidades de determinada formação histórica e social. Como mulher, a experiência relatada por Maria evidencia as relações de gênero presentes em nossa sociedade e também no movimento social. Em vários momentos, surgem nos relatos tensões ligadas à posição de submissão por ela ocupada em relação ao marido. Nas áreas rurais, pesquisadores revelam diferenças significativas nos processos de socialização de meninos e meninas: enquanto aos primeiros o tempo maior é reservado para brincadeira, às meninas ele é destinado à ajuda nos afazeres domésticos (Whitaker, 2002). Para Giani, Souza, Mager e Silva (2003), a submissão, não raras vezes, à vontade do homem – companheiro, pai, marido, etc. – e a restrição das ações das mulheres predominantemente ao ambiente familiar e doméstico geram um intenso processo de marginalização feminina.

Como bem observa Salvaro (2003), se o MST, com o tempo, avançou no entendimento da necessidade de superação das relações de opressão de gênero, incentivando inclusive as práticas associativas e a participação das mulheres nos seus processos organizativos, ainda são grandes as dificuldades para o avanço dessa prática nas pautas cotidianas, fato também apontado por Leite e Dimenstein (2011). Nesse sentido, as resistências iniciais do marido em relação à participação de Maria nas instâncias de decisão do movimento são também discutidas por Giani et al. (2003), que vê tais situações não como casos isolados, mas práticas recorrentes em assentamentos rurais, cujas relações entre os membros, como em toda a sociedade brasileira, constituem-se pelo patriarcalismo.

Todavia, o caso de Maria nos mostra também que a sua transformação em militante, por outro lado, alimentou sua transformação como mulher, senão totalmente, ao menos em parte. Segundo C. B. Silva (2003), estar em um movimento social de luta pela terra proporciona mudanças significativas na subjetividade dos participantes, inclusive no que diz respeito à superação de opressões de gênero. Para M. A. M. Silva (2004, p. 71), “as imagens de possuidoras de barrigas quentes no fogão e molhadas no tanque são desmistificadas e se desmancham diante de valores como coragem, perseverança e inteligência”.

Assim, num movimento de coconstituição, se as vivências no âmbito da família aproximaram nossa participante do movimento social, as vivências no movimento refizeram as dinâmicas familiares e suas relações de gênero. É possível identificar certa “democratização” ocorrida no interior das relações familiares de Maria numa composição com as vivências no movimento social. Este processo surgiu do confronto das tramas de experiências diversas que permitiram manifestações do político e da práxis política em várias esferas de sua vida.

No que se refere à complexidade das relações afetivas e cognitivas, a investigação da experiência dessa mulher permite-nos também algumas considerações. Se a práxis política é tradicionalmente tratada como uma categoria que remete a uma ação objetiva voltada ao mundo social, quando submetida à vida de uma pessoa olhada de perto, ela se estende para uma orientação subjetiva, com influências recíprocas tanto no mundo social como nos sujeitos concretos. As dimensões objetivas e subjetivas, sociais e pessoais, cognitivas e emocionais aparecem nos relatos de Maria, como sujeito político, de modo indissociável. Coutinho (2011), traduzindo Gramsci, articula essas diversas dimensões ao falar do político: “É fato pacífico que a ‘clareza’ intelectual dos termos da luta é indispensável, mas esta clareza é um valor político quando se torna paixão difundida e é premissa de uma forte vontade” (Coutinho, 2011, p. 322). Além disso, o autor relaciona as dimensões subjetiva e objetiva ao escrever sobre a construção do “dever ser” político. Gramsci cita o político como aquele que intervém no conjunto das relações sociais nas quais está inserido. Mas tal intervenção não se manifesta no vazio, “o político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos” (Coutinho, 2011, p. 245). Dessa forma, “o ‘deve ser’ é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política” (Coutinho, 2011, p. 245).

O ato criador do político, a partir de sua realidade tensa e dramática, provoca mudanças no drama subjetivo e nas formas de ver a si próprio como sujeito no mundo, o que pode ser verificado por meio das transformações e papéis vividos por Maria. Sua história nos diz que essas mudanças se dão menos a partir de formas ou esquemas genéricos e universais e mais pela potencialização de contradições já presentes na teia de sentidos de tal drama. Essas mudanças não ocorrem em dimensões ou esferas isoladas, ao contrário, se dão por meio de processos cognitivo-afetivo-volitivos e podem influenciar diversos papéis sociais desempenhados pelo sujeito, entendido como uma totalidade diversa, contraditória e em constante movimento, tal como inspira a posição de Vigotski (2007). Se isso é verdade, os processos subjetivos deveriam ser abordados em seus movimentos como “processos vivos” e não como fenômenos estáticos.

Nesse processo “vivo”, as possibilidades de mudanças e o movimento que interroga e provoca constantemente o drama subjetivo, de forma contraditória e tensa, também comportam elementos conservadores, constituindo um jogo dinâmico nas potencialidades de alteração da realidade em que o sujeito está inserido e, portanto, de exercício da práxis política pelo sujeito. No caso de Maria, uma práxis que a fez agir sobre o mundo social, mas também sobre ela própria. Uma práxis política que a fez transitar de uma posição subjugada (cachorro sem dono) a uma prática recheada de sentidos e sentimentos positivos e emancipatórios (joia rara sem medo).

Notas

- ¹ Gramsci desenvolve esse conceito na prisão, durante a ditadura de Benito Mussolini, na Itália. Por escrever em tais condições, alguns autores defendem que a adoção dessa terminologia visava evitar a censura de seus textos. Contudo, outros estudiosos de Gramsci atribuem essa nomenclatura à sua pertinência teórica e filosófica (Coutinho, 2007).
- ² Os resultados apresentados neste artigo compõem a pesquisa de mestrado “Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural”, que investigou os sentidos e significados de participação política dos quatro membros (duas mulheres e dois homens) do setor de educação de um assentamento da reforma agrária na região de Ribeirão Preto (SP). Dada nossa opção neste artigo por realizar uma análise mais minuciosa de um sujeito ao invés de uma abordagem geral dos quatro participantes, escolhemos o caso de Maria pela riqueza de informações e pela densidade das entrevistas.
- ³ Os nomes da participante e de pessoas trazidas nas entrevistas foram alterados para manter a sua privacidade. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP – USP.

Referências

- Coutinho, C. N. (2007). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coutinho, C. N. (Org.). (2011). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos: 1616-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Delari Junior, A. (2011). Sentidos do “drama” na perspectiva de Vigotski: um diálogo no limiar entre arte e psicologia. *Psicologia em Estudo*, 16(2), 181-197.
- Domingues, E. (2007). Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo*, 12(13), 573-582.
- Giani, L. A. A., Souza, M. F. V., Mager, M., & Silva, R. (2003). Discriminação de gênero e participação política: a atuação da mulher sem terra. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*, 25, 159-164.
- Gonzalez Rey, F. L. (2003). *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2011). *Militância política e construção de subjetividade: o MST em perspectiva*. Natal: EDUFERN.
- Martins, A. M. (2010). A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. *Psicologia: Ensino & Formação*, 1(1), 83-98.
- Salvato, G. I. J. (2003). Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. *Estudos Feministas*, 12(1), 321-330.
- Sánchez Vázquez, A. (2007). *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular.
- Silva, A. P. S. (2003). *(Des)continuidade no envolvimento com o crime: Construção de identidade narrativa de ex-infratores*. São Paulo: IBCCRIM.
- Silva, A. S. (2007). Identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in)eficácia política na formação da consciência política no MST paulista. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 102-122.
- Silva, C. B. (2003). *As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher”: relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979-2000*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Silva, M. A. M. (2004). *A luta pela terra: experiências e memória*. São Paulo: UNESP.
- Smolka, A. L. B. (2004). Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta da Rede de Significações. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva, & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 35-49). Porto Alegre: Artmed.
- Toassa, G. (2011). *Emoções e vivências em Vigotski*. Campinas, SP: Papyrus.
- Vigotski, L. S. (2000). Lev S. Vigotski: manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21-44.
- Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Whitaker, D. C. A. (2002). Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. *Cadernos Cedes*, 56, 7-22.

Agradecimentos

Pelo financiamento recebido para a pesquisa, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Processo 2011/04042-4, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Programa de Demanda Social.

Submissão em: 22/04/2013

Revisão em: 06/03/2014

Aceite em: 07/07/2014

Leandro Amorim Rosa é mestre em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP. Participa do subgrupo Subjetividade,

Educação e Infância nos Territórios Rurais e da Reforma Agrária (SEITERRA/CINDEDI-USP) e do Grupo Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GPSIPOLIM). Docente da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Catanduva, FAFICA. Endereço: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. Departamento de Psicologia. Av. Bandeirantes, 3900 . CEP 14040-901. Bairro Monte Alegre. Ribeirão Preto/SP, Brasil.
E-mail: psi_doug@yahoo.com.br

Ana Paula Soares da Silva é docente do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), coordenadora do subgrupo Subjetividade, Educação e Infância nos Territórios Rurais e da Reforma Agrária (SEITERRA/CINDEDI-USP), membro do Laboratório de Psicologia Sócio-ambiental e Intervenção (LAPSI-IPUSP)
E-mail: apsoares.silva@usp.br